



ALMEIDA LIMA (PMDB-SE), ALIADO DE RENAN, ASSINOU EMENDA QUE IMPLICARÁ NOVA ANÁLISE NA CCJ

# Atrasa o fim do voto secreto

MARCELO ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

Aliados do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), retardaram a votação das propostas de emenda constitucional (PECs) que estabelecem o voto aberto nos processos de perda de mandato. Depois de as PECs terem sido incluídas na pauta e de haver se esgotado o prazo regimental de cinco sessões no plenário para a discussão da matéria, integrantes da base aliada decidiram apresentar emendas às propostas, exigindo nova análise dos textos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A oposição acusa os governistas de quebrar um acordo, costurado ainda no mês passado, que viabilizou a desobstrução da pauta e possibilitou a votação de várias matérias de interesse do Palácio do Planalto.

O fim do voto secreto nas atividades legislativas é matéria do substitutivo do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) à PEC 38/2004, apresentada pelo ex-senador Sérgio Cabral, e da PEC

86/2007, de autoria de Álvaro Dias (PSDB-PR). As duas prevêem voto aberto em casos de decretação de perda de mandato parlamentar. A PEC 50/2006, de Paulo Paim (PT-RS), é a terceira e a mais abrangente. Ela estabelece a eliminação do voto secreto em todas as apreciações do Senado e da Câmara. O assunto ganhou fôlego depois da sessão secreta que absolveu Renan no primeiro processo por quebra de decoro.

O tucano Álvaro Dias condenou a postura dos aliados do presidente licenciado. "Havia um empenho para tentar aprová-las (as PECs) antes da chegada dos outros processos contra Renan, mas com essa manobra dos governistas dificilmente isso ocorrerá", avaliou o parlamentar. As PECs retornaram para a CCJ e será contado mais um prazo de 30 dias para que a constitucionalidade das emendas seja analisada. Às vésperas do recesso parlamentar, Dias avalia que o assunto deverá ficar para o próximo ano. "A base aliada contrariou um acordo", acrescentou.

Primeiro a colocar a assinatura numa das emendas, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) rebateu as críticas do colega. "Não fiz acordo algum. Essa questão precisa ser discutida de forma aberta. Não pode ser um debate açodado como o que ocorre", afirmou. O peemedebista criticou a pressa da oposição. "O Parlamento legisla para fatos futuros, não para fatos presentes ou pretéritos", disse, numa clara referência aos processos que tramitam contra Renan. Os nomes de Roseana Sarney (PMDB-MA) e da líder do PT, Ideli Salvatti (SC), e do próprio Renan aparecem na lista de signatários das emendas.

A proposta da base aliada é inserir um artigo no texto das PECs que determine a necessidade de resolução complementar, a ser aprovada pelo Senado e pela Câmara, para que sejam definidos novos procedimentos, prazos e instâncias de recursos nos processos contra parlamentares. A idéia é estabelecer um prazo de até 60 dias, após a aprovação da PEC, para definir a resolução. (MR)